

ANEXO 04

ESTRUTURA TARIFÁRIA

CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE RODOANEL NORTE

1. APRESENTAÇÃO

O presente ANEXO tem por objetivo definir as condições e as normas que deverão reger a ESTRUTURA TARIFÁRIA pertinente à CONCESSÃO.

O modelo de cobrança prevê instalação de 04 (quatro) Praças de Pedágio na Rodovia SP 021, de acordo com a localização indicada na tabela abaixo:

Tabela 1 – Localização Funcional das Praças de Pedágio, conforme retográfico (Apêndice A.1)

Praça	Localização	Pista	Tipo
P1	Raimundo Pereira de Magalhães	Pista Externa	Barreira
P2	Fernão Dias	Pista Interna	Saída
P3	Fernão Dias	Pista Externa	Saída
P5	Dutra	Pista Interna	Barreira

2. SISTEMA OPERACIONAL DE ARRECADAÇÃO

O sistema operacional de arrecadação será composto de cabines para pagamento manual, automático e semiautomático com controle e contagem eletromecânico dos veículos, os quais são classificados pelo número de eixos.

3. SISTEMA FUTURO

A CONCESSIONÁRIA deverá implantar sistema de Pedágio que atenda ao modelo operacional especificado no ANEXO 05 – SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES OPERACIONAIS, promovendo sua permanente atualização e sua crescente automação, bem como adequação às políticas e programas implantados pelo PODER CONCEDENTE que tenha impacto na forma de arrecadação das tarifas de pedágio, sem prejuízo das demais previsões do CONTRATO e Anexos.

3.1 *Praças de Pedágio e Sentido de Cobrança*

O modelo de pedagiamento do SISTEMA RODOVIÁRIO prevê PRAÇAS DE PEDÁGIO dos tipos barreira e saída, nos trechos e localizações especificados no Item 1 deste ANEXO.

O USUÁRIO pagará uma TARIFA, conforme regramento deste ANEXO, correspondente à utilização do SISTEMA RODOVIÁRIO.

A cobrança será realizada nas PRAÇAS DE PEDÁGIO de barreira e saída. A base para o cálculo das tarifas cobradas está discriminada nas Fórmulas 1, 2 e 3 deste anexo, que também considera o Multiplicador relacionado à categoria dos veículos.

3.2 *Início de Operação Comercial das Praças de Pedágio*

A CONCESSIONÁRIA somente poderá solicitar autorização para dar início à operação das PRAÇAS DE PEDÁGIO quando:

- (i) Tiver concluído os investimentos previstos no CONTRATO e ANEXOS, relativo à

conclusão das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO do SISTEMA RODOVIÁRIO,, bem como equipamentos de apoio ao USUÁRIO e demais itens destacados no Anexo 14 - Plano Original de Investimentos e o Programa Inicial (PI), especificado no Anexo 06 - SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES DE CONSERVAÇÃO;

(ii) Tiver realizado e concluído os investimentos necessários para a implantação do sistema operacional de arrecadação;

(iii) Estiver adimplente com o PODER CONCEDENTE e ARTESP quanto ao cronograma de pagamentos devidos em razão da CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO;

(iv) Estiver comprovadamente em dia com as obrigações e exigências preparatórias para a execução dos investimentos, tais como ter dado início a procedimentos para a obtenção das licenças necessárias, como LICENÇA DE OPERAÇÃO, bem como para a apresentação e/ou aprovação tempestiva de projetos que eventualmente se façam necessários perante os órgãos da Administração Pública, inclusive perante a ARTESP, considerando os requisitos e a antecedência mínima necessária para a realização de cada ato; se aplicável. Verificar anexo 14 – Plano Original de Investimentos;

AS PRAÇAS DE PEDÁGIO deverão entrar em operação nos termos do ANEXO 05.

A CONCESSIONÁRIA deverá transferir integralmente os valores arrecadados por meio da cobrança de TARIFA DE PEDÁGIO de todas as PRAÇAS DE PEDÁGIO à CONTA CENTRALIZADORA, nos termos do Contrato de Administração de Contas.

Após recebida a solicitação apresentada pela CONCESSIONÁRIA, a ARTESP deverá, no prazo de até 30 (trinta) dias, verificar o efetivo cumprimento das obrigações descritas nas alíneas acima.

Com a validação das obrigações cumpridas quanto às alíneas acima descritas, a ARTESP encaminhará os documentos ao PODER CONCEDENTE para sua homologação no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Em caso de não validação quanto ao efetivo cumprimento das obrigações descritas nas alíneas acima a ARTESP comunicará à CONCESSIONÁRIA quanto às inconsistências e inadequações com as suas devidas justificativas, cabendo à CONCESSIONÁRIA regularizar e pleitear novamente a autorização para dar início à operação das PRAÇAS DE PEDÁGIO.

O Sistema Operacional de Arrecadação de Pedágio deverá atender a todas as normas e especificações mencionadas nos ANEXOS, especialmente, mas sem se limitar, ao ANEXO 05 - SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES OPERACIONAIS.

A CONCESSIONÁRIA poderá, a seu exclusivo critério, solicitar à ARTESP o início de OPERAÇÃO PARCIAL do SISTEMA RODOVIÁRIO com ativação faseada das PRAÇAS DE PEDÁGIO, a depender dos avanços da OBRA DE IMPLANTAÇÃO.

A ARTESP deverá avaliar o pedido, levando em consideração os critérios previstos neste ANEXO e no ANEXO 05 relativos à autorização para início de operação das PRAÇAS DE PEDÁGIO.

Caso a ARTESP aceite a solicitação de OPERAÇÃO PARCIAL, a partir da DATA DE INÍCIO DA OPERAÇÃO PARCIAL passam a ser devidos os valores a título de OUTORGA VARIÁVEL e ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO, bem como serão aferidos os INDICADORES DE DESEMPENHO referentes à parcela do SISTEMA RODOVIÁRIO em operação, nos termos do ANEXO 03.

3.3 Alterações Futuras

Após a assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA poderá propor reposicionamento, revisão de especificação, ou redimensionamento de PRAÇAS DE PEDÁGIO previstos no ANEXO 12, conforme prévia e expressa aprovação da ARTESP, sempre em conformidade com os critérios básicos do presente ANEXO e sem prejuízo do nível dos serviços oferecidos ao USUÁRIO e do cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO estabelecidos no ANEXO 03.

A CONCESSIONÁRIA poderá, também, propor um Plano de Tarifas Variáveis, sujeito a prévia aprovação da ARTESP e com apuração de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, com objetivo de otimizar o uso, induzir demanda e melhorar a fluidez e níveis de serviço do SISTEMA RODOVIÁRIO, observando-se o princípio da isonomia.

O Plano de Tarifas Variáveis poderá definir valores diferentes dos previstos em CONTRATO para as tarifas de pedágio para diferentes categorias, dias da semana e horários, bem como apresentar cobranças tarifárias que considerem parâmetros distintos da sistemática de cobranças por eixos, tais como cobrança por categoria, peso e volume, se viável operacionalmente.

O parâmetro de TARIFA por eixo e por classificação de veículos (por veículo equivalente, prevista no contrato) será, em qualquer caso, o utilizado para fins de aferição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

4. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE TARIFA E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO CONTRATO

4.1 Modelo de Pedagiamento.

O modelo de pedagiamento a ser adotado corresponderá a cobrança das TARIFAS nas PRAÇAS DE PEDÁGIO do tipo barreira e saída nos trechos e localizações indicadas neste ANEXO, observado o quanto disposto, especialmente, no item 3 deste ANEXO.

4.2 Base Tarifária

As tarifas bases de cada PRAÇA DE PEDÁGIO são definidas tendo como referência a data base o mês de [•], cujos valores foram considerados na elaboração do estudo de viabilidade financeira e têm como valor de referência R\$ [•] ([•]).

A cobrança pelo Sistema de Cobrança Eletrônica (AVI) deverá considerar um desconto mínimo de 5% (cinco por cento) em relação aos valores praticados no Sistema Operacional de Cobrança Manual, considerando as regras de arredondamento previstas no item 5 deste ANEXO e Apêndice E, que trata do Desconto de Usuário Frequente (DUF).

4.3 Tarifa base de pedágio por praça

A tarifa básica será definida da seguinte forma:

Praça	Localização	Pista	Tipo	Tarifa estimada – CAT1
P1	Raimundo Pereira de	Pista Externa	Barreira	R\$ [•]

	Magalhães			
P2	Fernão Dias	Pista Interna	Saída	R\$ [•]
P3	Fernão Dias	Pista Externa	Saída	R\$ [•]
P5	Dutra	Pista Interna	Barreira	R\$ [•]

A localização exata das PRAÇAS DE PEDÁGIO será especificada no ANEXO 12, podendo, nas hipóteses especificadas neste ANEXO e no CONTRATO, ter sua localidade alterada conforme demandado pelo PODER CONCEDENTE ou sugerido pela CONCESSIONÁRIA, mediante prévia aprovação pela ARTESP, e com o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO calculado com base nos dados coletados dos sensores de tráfego instalados nos termos do ANEXO 05 - SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES OPERACIONAIS.

4.4 Classificação dos Veículos

A TARIFA que será considerada para fins de atualização monetária do CONTRATO e controle econômico-financeiro pela ARTESP corresponderá à tarifa base, diferenciada em razão da cobrança automática e na sua proporção, multiplicada pelo Multiplicador da Tarifa correspondente a cada tipo de veículo, conforme estabelece a tabela a seguir, que categoriza os veículos pelo tipo, pelo número de eixos e pela característica de rodagem.

TABELA 2 - CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULO

CAT	TIPO	Nº EIXOS	RODAGEM	MULTIPLICADO R
1	AUTOMÓVEL, CAMINHONETA, TRICICLO E FURGÃO	2	SIMPLES	1
2	CAMINHÃO LEVE, MICROÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÃO TRATOR E FURGÃO	2	DUPLA	2
3	CAMINHÃO TRATOR, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE E ÔNIBUS	3	DUPLA	3
4	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	4	DUPLA	4
5	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	5	DUPLA	5
6	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	6	DUPLA	6
7	AUTOMÓVEL OU CAMINHONETE COM SEMI REBOQUE	3	SIMPLES	1,5
8	AUTOMÓVEL OU CAMINHONETE COM REBOQUE	4	SIMPLES	2

9	MOTOCICLETA, MOTONETA E BICICLETA A MOTOR	2	SIMPLES	0,5
-	VEÍCULOS OFICIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, FORÇAS ARMADAS E POLÍCIA MILITAR – ISENTOS	-	-	0

OBSERVAÇÕES:

I. Rodagem traseira de pneus, do tipo “single” ou “supersingle”, é equivalente a dupla, para efeito da estrutura tarifária aqui definida.

II. Sem prejuízo da TARIFA DE PEDÁGIO calculada conforme a tabela acima, incidirá adicional conforme norma do Conselho Nacional de Trânsito (“CONTRAN”) aplicável, em função do peso total dos veículos a ela sujeitos.

FÓRMULA 1:

A tarifa a ser cobrada de cada categoria nas praças de pedágio deverá considerar a Fórmula 1 a seguir:

$$TP_t = TB_t \times Multiplicador$$

Onde,

TP_t é a tarifa de pedágio a ser cobrada em cada categoria no ano t

TB_t é a tarifa base de pedágio descrita no item 4.2 supra e atualizada conforme 4.5

Multiplicador é o valor estipulado para cada categoria em 4.4.

4.5 Validade e Atualização Tarifária

4.5.1 Preservação das Tarifas e atualização monetária do Contrato

Os valores das TARIFAS DE PEDÁGIO e o valor monetário do CONTRATO de CONCESSÃO deverão ser preservados pelas regras de reajuste e de revisão previstas neste ANEXO e no CONTRATO.

Os valores das TARIFAS BASES DE PEDÁGIO deverão ser ajustados, utilizando-se a fórmula e os procedimentos explicitados a seguir.

FÓRMULA 2:

Para o primeiro ano contratual, a tarifa base será atualizada através da seguinte fórmula:

$$TP_0 = TP_{mmm/aaaa} \times \frac{IPCA_{mmm/aaaa}}{IPCA_0}$$

Onde,

TP_0	é a tarifa no primeiro ano contratual
$TP_{mmm/aaaa}$	é a tarifa base em mmm/aaaa, conforme 4.2
$IPCA_0$	é o número índice ¹ do IPCA do segundo mês anterior à data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL
$IPCA_{mmm/aaaa}$	é o número índice ² do IPCA referente à mmm/aaaa

FÓRMULA 3:

A tarifa base será reajustada através da seguinte fórmula, sendo o primeiro reajuste realizado no primeiro mês do segundo ano contratual, e os demais realizados anualmente a partir da data do reajuste anterior, sem prejuízo da possibilidade de redução desse prazo, nos termos do inciso III do §3º e §5º do artigo 28, conjugados com o §1º do artigo 70 da Lei n 9.069 de 29 de junho de 1.995, ou de ampliação do mesmo prazo, por força de instituto legal superveniente:

$$TP_t = TP_{mmm/aaaa} \times \frac{IPCA_{mmm/aaaa}}{IPCA_t}$$

Onde,

TP_t	é a tarifa de pedágio no ano contratual t
$TP_{mmm/aaaa}$	é a tarifa base em mmm/aaaa, conforme 4.2
	é o número índice ³ do IPCA do segundo mês anterior à data de reajuste no ano

¹ Dezembro de 93 = 100

² Dezembro de 93 = 100

³ Dezembro de 93 = 100

$IPCA_t$	contratual t
$IPCA_{mmm/aaaa}$	é o número índice ⁴ do IPCA referente à mmm/aaaa

A RECEITA TARIFÁRIA BRUTA utilizada na composição da RECEITA BRUTA deverá considerar a TARIFA DE PEDÁGIO obtida por meio do cálculo exposto nas Fórmulas 1, 2 e 3, conforme o caso.

A RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA deverá considerar a TARIFA DEVIDA DA PRAÇA DE PEDÁGIO, que será calculada de acordo com as Fórmulas 4 deste ANEXO.

4.5.2 Incidência de Coeficiente De Desempenho Dos Serviços Prestados (CSP)

A RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA à CONCESSIONÁRIA levará em consideração:

4.5.2.1 A incidência do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD), composto pelo COEFICIENTE DE DESEMPENHO DOS SERVIÇOS PRESTADOS (CSP) previsto no ANEXO 3 - INDICADORES DE QUALIDADE E DESEMPENHO NOS SERVIÇOS PRESTADOS;

4.5.2.2 REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, de iniciativa do PODER CONCEDENTE ou por solicitação da CONCESSIONÁRIA, com base em análise do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO poderão ser pleiteadas desde que presentes os requisitos estabelecidos no CONTRATO.

A CONCESSIONÁRIA fará jus à RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA, correspondente à somatória das receitas obtidas por meio da tarifa calculada de acordo com a Fórmula 4.

FÓRMULA 4:

$$TDP_t = TP_t \times (0,90 + 0,10IQD) \times \text{Multiplicador}$$

Onde,

TDP_t é a tarifa base atualizada a ser cobrada nas praças de pedágio reajustada para o ano t do contrato, com quatro casas decimais

TP_t é a tarifa das praças de pedágio reajustada para o ano t do contrato

IQD é o Índice De Qualidade e Desempenho (IQD), composto pelo Coeficiente de Desempenho dos Serviços Prestados (CSP) previsto no Anexo 3.

⁴ Dezembro de 93 = 100

Multiplicador é o valor estipulado para cada categoria em 4.4

Os valores pagos pelos usuários a título de TARIFA DE PEDÁGIO, que compõem a RECEITA TARIFÁRIA BRUTA, deverão ser depositados na CONTA CENTRALIZADORA. O processamento dos recursos transitados pela Conta Centralizadora está regrado conforme a minuta que figura como APÊNDICE D.

A perda de receita pela aplicação do Índice de Qualidade e Desempenho (IQD) poderá ser revista a pedido da CONCESSIONÁRIA, em processo administrativo próprio, caso haja a comprovação de que a não consecução do índice máximo referente ao IQD foi ocasionada pela materialização de algum risco assumido pelo PODER CONCEDENTE, conforme regramento do CONTRATO.

A instauração de processo administrativo com base na disposição acima não suspende a apuração e aplicação do valor referente ao IQD para o respectivo ano contratual.

4.5.3 Saldo Tarifário em Favor do Poder Concedente

O SALDO TARIFÁRIO EM FAVOR DO PODER CONCEDENTE será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$SRPC_d = \sum RTB - RTD$$

Onde:

$SRPC_d$ é o SALDO TARIFÁRIO EM FAVOR DO PODER CONCEDENTE calculado no dia d.

RTB é a RECEITA TARIFÁRIA BRUTA conforme disposto em 4.5.1

RTD é a RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA conforme disposto em 4.5.2

$SRPC_d$ deverá ser apurado diariamente e o valor resultante transferido, em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento, pela CONCESSIONÁRIA, dos valores na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA, pelo BANCO DEPOSITÁRIO para conta corrente de titularidade da ARTESP a ser criada e mantida durante a vigência do CONTRATO (CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO).

Ao final de cada ano contratual, em até 30 dias serão apurados os valores finais de SALDO TARIFÁRIO EM FAVOR DO PODER CONCEDENTE pela CONCESSIONÁRIA. Caso haja diferença entre os valores depositados na CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO naquele ano e o SALDO EM FAVOR DO PODER CONCEDENTE final calculado para o mesmo ano:

(i) Se positiva, a ARTESP deverá, em até 5 (cinco) dias úteis, transferir o valor excedente para

conta corrente de livre movimentação da CONCESSIONÁRIA;

- (ii) Se negativa, a CONCESSIONÁRIA deverá, em até 5 (cinco) dias úteis, transferir o valor faltante para a CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO.

Os recursos depositados na CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO deverão ser utilizados exclusivamente para a gestão do CONTRATO.

Os recursos depositados na CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO poderão ser utilizados, sempre na ocasião das REVISÕES ORDINÁRIAS, a critério da ARTESP, para os seguintes fins, em ordem de prioridade, sendo o item “i” o de maior prioridade:

- i. investimentos relacionados às demandas apresentados por meio do SISDEMANDA; e
- ii. recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO; e
- iii. modicidade tarifária;

Após a extinção do CONTRATO, havendo saldo na CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO, o valor nela depositado será transferido para o PODER CONCEDENTE.

4.5.4 Aprovação das Tarifas

Os cálculos dos valores atualizados da TARIFA BASE DE PEDÁGIO por PRAÇA DE PEDÁGIO, considerando os possíveis efeitos do item 4.5.2, serão elaborados pela CONCESSIONÁRIA em conformidade com a metodologia especificada neste ANEXO e apresentados à apreciação da ARTESP, conforme artigo 4º inciso VII da Lei Complementar 914 de 14 de janeiro de 2002, atualizada pela Lei 17.293 de 15 de outubro de 2020...

4.5.5 Alteração do Índice de Atualização Monetária Contratual

Na ausência do índice selecionado para cálculo de reajuste, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA, de comum acordo, escolherão outro índice que melhor reflita a variação indicada atualmente pelo IPCA/IBGE.

4.6 Desconto de Usuário Frequente

Os USUÁRIOS que optarem pelo Sistema de Cobrança Eletrônica (AVI) e que trafegarem em veículos da Categoria 1 no SISTEMA RODOVIÁRIO terão direito ao pagamento de valores diferenciados da TARIFA DE PEDÁGIO, em todas as PRAÇAS (Bloqueio e Saída) em operação no SISTEMA RODOVIÁRIO, conforme a frequência de utilização mensal (“DESCONTO DE USUÁRIO FREQUENTE” ou “DUF”) a partir do início da operação das PRAÇAS DE PEDÁGIO localizada no SISTEMA RODOVIÁRIO RODOANEL NORTE (DATA DE INÍCIO DUF), até o fim da vigência do

O DESCONTO DE USUÁRIO FREQUENTE será oferecido aos USUÁRIOS acima especificados que, dentro de um mesmo mês calendário, trafegarem por determinada PRAÇA, em um mesmo sentido de fluxo, um mínimo de 2 (duas) vezes. Os valores aplicáveis às tarifas decorrentes do DUF estão dispostos no APÊNDICE E.

As viagens relativas a um determinado mês calendário não serão consideradas cumulativamente para meses calendário seguintes, ou seja, considerar-se-á, a partir do primeiro dia de todo mês calendário, que o USUÁRIO não trafegou em qualquer PRAÇA do SISTEMA RODOVIÁRIO no respectivo mês, aplicando-se a TARIFA pertinente, nos termos do APÊNDICE E.

A CONCESSIONÁRIA, no âmbito do regramento previsto neste ANEXO e respectivos APÊNDICES, previamente ao início da operação de qualquer PRAÇA do SISTEMA RODOVIÁRIO e como condição para a realização da compensação prevista no item a seguir, submeterá à aprovação da ARTESP o detalhamento dos procedimentos para implementação da compensação prevista neste item, incluindo em sua proposta, entre outros elementos: (i) modelos de relatórios e demonstrativos que atestem as informações necessárias, (ii) etapas, (iii) prazos e (iv) responsáveis pela execução de todos os procedimentos associados ao DUF e respectivas compensações.

4.6.1 Compensação para o Desconto de Usuário Frequent (CDUF)

A) Desconto de Usuário Frequent Efetivo (DUFE)

A CONCESSIONÁRIA deverá apurar, durante o prazo da CONCESSÃO, a perda de receita decorrente do DUF, que consiste no somatório da diferença entre (i) os valores que seriam auferidos pela CONCESSIONÁRIA por meio da cobrança dos USUÁRIOS beneficiados pelo DUF da TARIFA aplicável à cobrança AVI e (ii) os valores efetivamente auferidos de TARIFAS pagas pelos USUÁRIOS beneficiados pelo DUF, nos termos do APÊNDICE E (DUFB).

Para fins de cálculo da perda de receita decorrente da incidência do DUF e, portanto, o DUFB, considera-se a RECEITA TARIFÁRIA BRUTA, e não a RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA.

Sobre o valor do DUFB apurado, deverão ser descontados as alíquotas correspondentes à IQD, OUTORGA VARIÁVEL e ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO vigentes (DUFE).

Até o 5º dia útil de cada mês, a CONCESSIONÁRIA deverá apurar o DUFE acumulado no respectivo mês e enviar os relatórios e demonstrativos pertinentes à ARTESP.

B) Antecipação da Compensação para o Desconto de Usuário Frequent (ACDUF)

As PARTES concordam que a CONCESSIONÁRIA receberá, a partir da implantação do DUF, e até o fim do CONTRATO, valor equivalente a [•] da OUTORGA VARIÁVEL depositada na CONTA RESERVA 1 a título de ACDUF, nos termos do APÊNDICE F.

A cada ciclo de REVISÃO ORDINÁRIA prevista no CONTRATO, o percentual acima disposto será devidamente revisado, de forma a representar o percentual médio do DUFE apurado durante o ciclo quadrienal anterior.

C) Compensação Anual Final (CAF)

Até o fim do primeiro mês subsequente aos aniversários do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá apurar a diferença entre (i) o somatório dos valores a ela transferidos a título ACDUF durante o respectivo ano e (ii) o somatório dos valores apurados a título de DUFE no mesmo período (CAF), e enviar os relatórios e demonstrativos pertinentes à ARTESP.

Caso o valor correspondente à CAF seja positivo, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferi-lo à conta corrente indicada pela ARTESP, após descontados eventuais saldos correspondentes à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deliberados pela ARTESP, nos termos do APÊNDICE F.

Caso o valor correspondente à CAF seja negativo, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento de montante equivalente ao módulo do referido valor, nos termos do APÊNDICE F.

Mediante o recebimento dos relatórios e demonstrativos pertinentes, a ARTESP deverá, no prazo de até 30 (trinta) dias, apurar as informações prestadas e enviar ao BANCO DEPOSITÁRIO a NOTIFICAÇÃO ANUAL, contemplando, entre outros, o valor aplicável à CAF, nos termos do APÊNDICE F.

5. Isenções

Terão trânsito livre e ficam, portanto, isentos do pagamento de pedágio os veículos:

- a) de propriedade do PODER CONCEDENTE e da ARTESP;
- b) de propriedade Comando de Policiamento Rodoviário da Polícia Militar do Estado de São Paulo;
- c) de atendimento público de emergência, tais como, do corpo de bombeiros e ambulâncias, quando em serviço;
- d) das forças militares, quando em instrução ou manobra; e

- e) de categoria oficial, integrantes da frota dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público e da Defensoria Pública, todos do Estado de São Paulo, bem como os locados em caráter não eventual, para utilização em serviço público permanente ou de longa duração desde que cadastrados no Grupo Central de Transportes Internos - GCTI, do Estado de São Paulo, devendo todos ser credenciados pela ARTESP, na forma regulamentada.

6. Privilégios Tarifários Específicos

Será vedado ao PODER CONCEDENTE estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de USUÁRIOS, exceto se no cumprimento de Lei, que especifique as fontes de recursos para ressarcimento da CONCESSIONÁRIA, ou se previamente autorizado pela ARTESP, no contexto de Plano de Tarifas Variáveis.

7. Promoções e Descontos

A CONCESSIONÁRIA, a seu único critério, por sua conta e risco, poderá conceder isenções e descontos tarifários, bem como realizar promoções tarifárias de caráter sazonal, não relacionado a Plano de Tarifa Variável, sem que isso possa gerar qualquer direito à solicitação de compensação nos valores das TARIFAS e das REVISÕES ORDINÁRIAS. Nessa hipótese, para apuração da TARIFA DEVIDA e cálculo das Fórmulas 4 será considerado o respectivo desconto ou isenção praticados.

8. CRITÉRIO DE ARREDONDAMENTO

A TARIFA será expressa em reais e centavos, sendo arredondada mediante a aplicação do seguinte critério:

- a. Quando o algarismo na casa dos centavos for menor ou igual a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero);
- b. Quando o algarismo na casa dos centavos for superior a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero) e aumentar-se a de 1 (um) o algarismo da casa das dezenas de centavos.

Para a definição das TARIFAS do Sistema de Cobrança Eletrônica (AVI) e Sistema de pagamento *Free Flow* (fluxo livre), deverão ser desconsideradas as casas além dos centavos e, em seguida, não efetuado nenhum arredondamento.

9. CONTROLE E OPERAÇÃO DO PEDÁGIO

6.1. Responsabilidades da CONCESSIONÁRIA

A CONCESSIONÁRIA responderá pelo controle do Sistema de Controle e Arrecadação de Pedágio e operação de tráfego na área das Praças de Pedágio, cabendo-lhe:

- a) Manter placas informativas com valores atualizados das TARIFAS e das pistas de rolamento com cobrança automática, indicando as Operadoras do Serviços de Arrecadação – OSAs autorizadas a operar no Estado de São Paulo;
- b) Sinalizar as pistas;
- c) Controlar a abertura e o fechamento de pistas e cabines;
- d) Fiscalizar a arrecadação;
- e) Garantir a segurança da circulação de valores e sua transferência para a sede da CONCESSIONÁRIA, ou banco;
- f) Elaborar mapas estatísticos de tráfego e receita;
- g) Registrar as ocorrências principais e mais significativas;
- h) Controlar e manter vigilância sobre os equipamentos;
- i) Controlar a arrecadação e o recolhimento de numerário por cabine, por turno de trabalho e por agente arrecadador;
- j) Prestar atendimento ao USUÁRIO;
- k) Garantir o cumprimento das NORMAS OPERACIONAIS aprovadas pela ARTESP;
- l) Disponibilizar as seguintes informações de registros físicos e financeiros de tráfego registrado nas PRAÇAS DE PEDÁGIOS, em tempo real (on-line) por meio eletrônico, para a ARTESP ou a quem ela designar, nos três níveis de registro, a saber:

(i) Informação física do registro da passagem do veículo quando da ocorrência do sensor de pista;

(ii) Informação do registro das imagens das câmeras instaladas nas praças de

pedágio e informação do registro físico de tráfego;

(iii) Do registro financeiro de arrecadação correspondente gerado pelo operador da cabine de pedágio.

m) Permitir a integração das informações com o Centro de Controle de Informações-CCI da ARTESP conforme os termos estabelecidos no Edital e em seus Anexos.

6.2. Normas Operacionais

A CONCESSIONÁRIA deverá, no âmbito do PROGRAMA INICIAL, apresentar à ARTESP, para aprovação, as NORMAS OPERACIONAIS que estabelecerão as instruções para os procedimentos de rotina e para casos excepcionais, como uso de pista livre, tráfego de cargas especiais, evasões, cancelamento de registros indevidos, troco abandonado, falta de dinheiro do usuário no momento do pagamento, acidentes e outros.